



ACTA

Aos quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- INTERVENÇÕES -----

1 – Vereador António Salgado Almeida – a) – Apontou deficiências na execução da Rotunda de Silvares; **b)** – Pronunciando-se sobre os vencimentos dos membros do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, que considerou exagerados, fez a entrega de um requerimento para obtenção de informações sobre a actividade daquela Fundação no contexto da preparação da programação da CEC 2012. **2 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Enquanto representante máximo do Município de Guimarães, o Sr. Presidente enquanto responsável da comissão de vencimentos, fez uma proposta para remuneração dos membros executivos da Fundação Cidade de Guimarães. Deliberou este Executivo delegar em V. Ex.^a no início do mandato um conjunto alargado de competências,

nomeadamente, a representação do Município de Guimarães. Não é muito agradável para os Vereadores, todos nós, sermos surpreendidos pela Comunicação Social, com questões sobre as quais supostamente deveríamos tomar conhecimento em primeira instância. Registamos o facto. Na sequência da nota de imprensa emitida pelo PSD, reafirmamos que o PSD não coloca em causa pessoas, nem o seu trabalho; a Capital Europeia da Cultura "Guimarães 2012" é um eixo nuclear no desenvolvimento de Guimarães bem como na afirmação da sua centralidade no contexto do Noroeste Peninsular, pelo que sabemos da importância – que é igualmente nossa responsabilidade – de gerar um clima de serenidade em torno de quaisquer fenómenos relacionados com a CEC 2012. No entanto, e relativamente à recente divulgação dos vencimentos a auferir pela estrutura de gestão da Fundação Cidade de Guimarães, a cargo do orçamento da CEC 2012, diríamos apenas que a actual situação internacional, a muito difícil conjuntura nacional – e o seu previsível agravamento – e essencialmente, as reais e difíceis condições de vida da maioria dos Vimaraneses são factores que, por si só, têm vindo a obrigar a sucessivos reajustamentos em vários sectores da vida nacional e local. Tendo em vista o esclarecimento por parte do Sr. Presidente, gostaria de colocar algumas perguntas: 1- No comunicado da Câmara diz-se que se irá fazer uma revisão dos valores dos vencimentos. Porquê agora? 2- Uma vez que manifestou publicamente a intenção de operar uma revisão nos valores vindos a público, a pergunta que se impõe é: para que montantes pensa rever os valores em causa? 3- Como argumento para a determinação dos montantes foi alegado os vencimentos médios noutras capitais europeias, mas a pergunta que se impõe é porque devemos ter a preocupação de igualar pela média europeia



vencimentos de quadros dirigentes, quando os vencimentos médios portugueses são bastante inferiores aos da média europeia? 4 – Quando sabemos que a proposta de vencimentos foi subscrita por V. Ex.^a e pela Ministra da Cultura, como se justificam as declarações da Ministra da Cultura, referindo-se a esta questão: "É demais. É inaceitável."? Quem decidiu afinal a fixação dos montantes em causa? Referiu também a questão dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração da CEC 2012. **3 – Vereador André Coelho Lima** – Disse que enquanto Presidente da Comissão Política do PSD remeteu uma carta ao Presidente da Câmara na qual o PSD se disponibilizava para colaborar na elaboração do Orçamento Municipal, uma vez que, segundo o próprio *"se trata de um documento essencial para a cidade e para o concelho, é o orçamento anterior à Capital Europeia da Cultura 2012 e por esse motivo deve exigir um consenso o mais amplo possível"*. Esclareceu que não desconhece da desnecessidade dos votos do PSD ou de qualquer outro partido para fazer aprovar o orçamento revelando, no entanto, que a questão aqui seria de natureza política, lembrando, a propósito, o argumento usado de que o PSD era contra a Capital Europeia da Cultura por votar contra o Plano de Actividades e Orçamento. Terminou, reiterando a disponibilidade do PSD em reunir com a Câmara Municipal de Guimarães, não para viabilizar o Orçamento Municipal mas para *"podermos dar um sinal ao exterior de consenso numa altura de preparação da CEC. Seria um sinal de responsabilidade e de sentido democrático que daríamos. Está nas vossas mãos poder dar essa abrangência ao Orçamento Municipal, para que, antes da CEC, não seja apresentado o orçamento de apenas uma parte, mas seja apresentado um Orçamento de Guimarães"*. **4– Presidente da Câmara – a)** – Concordou com o reparo feito à

rotunda de Silveiras e anunciou que a obra vai ser rectificadora, com sinalização e iluminação, enquanto não estiver construído de acordo com o projecto definitivo **b)** – Sobre os vencimentos dos membros do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães começou por dizer que o modelo foi decidido e apresentado ao Conselho de Ministros pelo Ministério da Cultura e sufragado em Decreto-Lei aprovado por unanimidade. Disse, ainda, que os valores dos vencimentos haviam sido validados pela Comissão de Vencimentos onde, além da sua presença na qualidade de Presidente, estão também o Director do Museu de Electricidade e o Director da Casa da Música do Porto. Revelou que o assunto vai ser analisado numa reunião da Comissão de Vencimentos alargada à participação dos membros do Conselho Geral da Fundação. Realçou que as funções desempenhadas pelo Conselho de Administração são de extrema complexidade técnica, sobretudo num projecto que tem de dar resultados num tão curto espaço de tempo. Por último, referiu que a competência da equipa neste domínio tem igualmente servido a componente infra-estrutural, sendo que a Presidente da Fundação reúne, desde que foi nomeada, ininterruptamente, uma vez por semana, com os técnicos da Câmara Municipal responsáveis pelas obras da Capital Europeia da Cultura contribuindo, pela correcta e permanente orientação técnica, para o sucesso do modelo de financiamento. --

----- **DELIBERAÇÃO** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

PARQUE CENTRAL – ISENÇÃO DO PAGAMENTO NA PRIMEIRA HORA DE ESTACIONAMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Parque Central, junto ao Estádio D. Afonso



Henriques, funciona todos os dias úteis, das 08h00 às 20h00, sem prejuízo da abertura ocasional, designadamente aquando da realização dos jogos de futebol. A sua lotação, 269 lugares, permite que este equipamento constitua uma alternativa de proximidade na Cidade, pelo que, considerando o início das obras de "Requalificação Urbanística do Largo do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António" e as preocupações apresentadas pela Associação Comercial e Industrial de Guimarães, propomos a isenção do pagamento da taxa na primeira hora de estacionamento, mantendo as demais tarifas até ao final da obra em curso". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização de uma Sessão de Divulgação sobre a Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão de IDI – Investigação, Desenvolvimento e Inovação, no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão, no próximo dia 22 de Novembro; **2** – Manifestou o seu apoio ao pedido feito pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Carlos Lage, para que o Governo simplifique o pagamento de portagens nas SCUT aos espanhóis, sobretudo vindos da Galiza, mostrando-se preocupado com os efeitos que a situação pode ter no turismo. Disse esperar que o Governo simplifique o pagamento nas SCUT para que o turismo não se ressinta da ausência das deslocações oriundas da Galiza; **3** – De um artigo publicado no Diário do Minho de 21 de Outubro de 2010 apontando para um aumento de 5% do desemprego, face a 2009, no distrito de Braga; **4** – De ter sido atribuído ao grupo vimaranense "MCA" o 1.º lugar na categoria de "melhor Empresa de Construção Civil e Obras Públicas" pela

Organização da “Constrói Angola 2010” – Feira Internacional de Construção Civil e Obras Públicas. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 - Do ofício de “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” remetendo, nos termos do artigo 48.º, número 3, alínea d), da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, informação sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Guimarães, relativa ao primeiro semestre de 2010. o ofício referido dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta ao livro de actas; **2** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: “**Alteração do valor das verbas a transferir para encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário – Ano Civil de 2010 – Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar** – Foi dado conhecimento, em reunião de Câmara de 3 de Dezembro de 2009, da transferência de verbas a entidades para pagamento de encargos com pessoal para o desenvolvimento das actividades de animação e apoio à família (almoço e prolongamento de horário) nos Jardins-de-infância da rede pública, ao abrigo do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar. Dado que, conforme informação dos Agrupamentos de Escolas, no corrente ano lectivo, em alguns Jardins-de-infância houve alteração do número de crianças a usufruir de almoço e prolongamento de horário será necessário, a partir de Setembro e até Dezembro de 2010, proceder à actualização do valor das verbas a atribuir a algumas das Entidades constantes do mapa em anexo. Assim, propõe-se que o assunto seja submetido a reunião de Câmara para conhecimento das respectivas alterações. À consideração superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **3** – Do despacho do



Vereador Domingos Bragança, datado de 25 de Outubro de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **"Requalificação da Antiga EN 310 – Silvares/Pevidém** – No Plano de Actividades para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €600.000,00, destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.52. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa "M. Couto Alves, SA" conforme proposto pelo Júri do Procedimento em 21 de Outubro de 2010, pelo preço de €713.894,51 + IVA e atendendo o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2010** – €293.646,88 + IVA = €311.265,69; **Ano de 2011** – €420.247,63 + IVA = €445.462,49"; **4** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 26 de Outubro de 2010, que adjudicou a empreitada de **"Requalificação da Antiga EN 310 – Silvares/Pevidém"** ao concorrente "M. Couto Alves, SA", pelo valor de €713.984,51 + IVA, sendo o prazo de execução de 150 dias; **5** – Do ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento remetendo, em CD-Rom, o Relatório n.º 1867/2009 da Inspeção-Geral de Finanças, que se encontra disponível para consulta nos serviços do Departamento Financeiro.

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --
OBRAS PÚBLICAS – ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DO CARMO – 1ª FASE – CONTA FINAL – Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 5 de Fevereiro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa "Sociedade de Construções Guimar, SA" pelo valor de €861.992,21 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €740.791,04 + IVA. 3 - Nesta empreitada, verificou-se a existência de 121.201,17 € + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 14,06%. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €730.920,46 + IVA, sendo que €740.791,04 + IVA de trabalhos contratuais, (-) €9.870,58 + IVA auto provisório relativo à revisão de preços e o Auto final no valor de €64.660,84 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º, do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices definitivos até ao mês Setembro de 2009. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de (-) €9.870,58 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art. 399º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº 1 do art. 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir reclamação fundamentada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CORVITE –
REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO ESPAÇO EXTERIOR DA
IGREJA DA FREGUESIA**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Na Freguesia de Corvite foram realizadas obras de requalificação do espaço exterior da Igreja que inclui o Centro Cívico da Freguesia e que consistiram na pavimentação do piso, arranjo de jardins, recuperação e transformação da zona exterior da Capela Mortuária e sede dos Escuteiros. As referidas obras foram acompanhadas pela Junta de Freguesia que solicitou à Câmara Municipal um apoio para a sua concretização no âmbito do programa de requalificação dos centros cívicos das freguesias. O orçamento da referida intervenção elevou-se a €69.193,44 (sessenta e nove mil e cento e noventa e três euros e quarenta e quatro centimos), suportado em conjunto pela Junta de Freguesia, Paróquia e por contribuições da população. Considerando a importância social da obra que terá total utilização pública, e que os valores dos encargos a suportar excederem as possibilidades financeiras da Junta de Freguesia, proponho a atribuição da verba de €20.000,00 (vinte mil euros) à Junta de Freguesia de Corvite, a pagar após autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**VENDA DE TERRENOS DE DOMÍNIO PRIVADO DO
MUNICÍPIO – HASTA PÚBLICA 2/2010**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em sua reunião de 7 de Outubro de 2010, a Câmara Municipal deliberou aprovar o Regulamento da Hasta Pública para venda de 18 terrenos de domínio privado do Município, cujo acto público decorrerá no

próximo dia 9 de Novembro. Após publicação do respectivo edital nos diversos meios de comunicação, várias são as pessoas que, depois de consultarem os correspondentes processos a fim de averiguarem do interesse na aquisição dos terrenos, nos têm manifestado desagrado quanto ao prazo estabelecido na cláusula 10ª do Regulamento, alegando não ser suficiente caso seja necessário recorrer a empréstimos bancários para poderem satisfazer o respectivo pagamento. A referida cláusula 10ª dispõe que "*o adjudicatário terá de proceder à outorga da escritura no prazo máximo de **30 dias**, contados da data de adjudicação*", efectuando o pagamento dos restantes 75% na data da escritura. Assim, submete-se à consideração superior a alteração da cláusula 10ª do Regulamento, alterando-se o prazo para celebração da respectiva escritura para **90 dias** contados da data de adjudicação. No caso da presente informação merecer concordância superior, deve o assunto ser submetido à Câmara Municipal para aprovação da alteração ora sugerida. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ASSOCIAÇÃO
"REC – ASSOCIAÇÃO REDE ECONOMIAS CRIATIVAS" –**

Presente a seguinte proposta: "Nos últimos anos, o papel da Criatividade e Inovação vem sendo apontado de forma sustentada em estudos e práticas como um vital suplemento vitamínico para a economia europeia. A capacidade regeneradora da economia da criatividade, com uma profunda intervenção no domínio social e urbano, têm colocado os conceitos de Criatividade e Inovação no cerne das novas políticas públicas que procuram gerar ecossistemas ou ambientes mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Foi esta visão estratégica que motivou os



municípios de Óbidos, Guimarães, Montemor-O-Velho, Montemor-O-Novo e Seia, e a Fundação Bissaya Barreto a constituir uma rede que corresponda ao desafio de tornar territórios não metropolitanos em espaços atractivos para talentos da Criatividade. A uma visão que imperou até recentemente e que colocava a Criatividade, enquanto valor económico, como um processo essencialmente metropolitano, tem ganho peso a perspectiva de que esse processo pode ser gerador de desenvolvimento em espaços urbanos de dimensão mais reduzida. É isso que nos é demonstrado por estudos recentes em países como o Canadá ou a Grã-Bretanha onde a Criatividade já faz parte das estratégias regionais. Num mundo global repleto de interligações verifica-se que aquilo que mais faz deslocar as pessoas está ligado à realização profissional, mas também, e cada vez mais, à qualidade de vida. Por isso esta visão responde à única forma de garantir a qualidade de vida: a integração das políticas de Criatividade em estratégias globais ambiciosas dos territórios. É nesta competição que os pequenos e médios espaços urbanos se destacam. A integração das políticas de ambiente, ordenamento do território, protecção social, projectos educativos inovadores e programação cultural distinta com a economia da Criatividade fazem a diferença. Para que empresas e profissionais da Criatividade sejam competitivos, em espaços urbanos mais pequenos, devem ser gerados e programados em Rede, possuírem capacidades extra de inovação, serem apoiados em áreas como a gestão e financiamento, terem espaços de trabalho competitivos e acesso a estruturas que preparem ou apoiem a sua integração no meio social onde se instalam. Por se tratar de uma visão integralmente coerente com os princípios que presidiram à candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura,

aceitamos prontamente o desafio da Autarquia de Óbidos para integrar esta rede que tinha como objectivo imediato formalizar uma candidatura à Comissão Directiva do MaisCentro (Programa Operacional Regional do Centro) visando a promoção e o desenvolvimento das economias criativas nos territórios dos Municípios proponentes. Na sequência da aprovação da candidatura, que aponta para um investimento total elegível de €9.180.000,00 e uma comparticipação FEDER de €5.967.000,00, de acordo com a matriz de projectos anexa, decidiram as entidades envolvidas, para assegurar a respectiva gestão, pela constituição de uma associação de fins específicos nos termos dos artigos 34º e seguintes da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. Deste modo, proponho a adesão do Município de Guimarães à Associação "REC – Associação Rede Economias Criativas", de acordo com a proposta de estatutos anexa, e o subsequente envio de proposta à Assembleia Municipal, para aprovação". Os referidos Estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PESSOAL – ALTERAÇÃO PARCIAL DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES/2010 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação apresentada pela Directora do Departamento Financeiro relativa às candidaturas – Estrutura de Implementação do Programa de Acção – PRU CAMPURBIS e Gestão, Animação e Comunicação – PRU Centro Histórico, propõe-se, nos termos do art. 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a alteração parcial do mapa de pessoal deste Município, de acordo com o mapa anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica



arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PESSOAL – REESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL

– Presente a seguinte proposta: “Para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e nos termos da deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães de 22 de Março no que respeita à reestruturação dos serviços municipais propõe-se a aprovação da seguinte estrutura orgânica flexível. As unidades orgânicas flexíveis são dirigidas por um chefe de divisão municipal e correspondem à componente variável da organização dos serviços municipais, que visa assegurar a sua permanente adequação às necessidades de funcionamento e de optimização dos recursos, cujas competências integradas numa mesma área funcional, se traduzem em unidades técnicas de organização e execução definidas pela Câmara Municipal. No âmbito da estrutura flexível, e quando se trate de funções de natureza predominantemente executiva, podem ser criadas por despacho do Presidente da Câmara, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Municipal, subunidades orgânicas, coordenadas por um coordenador técnico. Considerando o exposto, propõe-se a aprovação das unidades orgânicas flexíveis descritas em anexo”. O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos das informações prestadas por diversos Departamentos/Divisões,

propõe-se a abertura dos seguintes procedimentos concursais para provimento dos postos trabalho a seguir designados: a) - 1 posto de trabalho de Técnico Superior – Relações Internacionais para a Divisão de Relações Públicas e Turismo; b) - 5 postos de trabalho de Assistente Técnico (área de informática) - para a Divisão de Organização e de Sistemas de Informação e Comunicação; c) - 9 postos de trabalho de Assistente Técnico (1 para o Departamento de Administração Geral; 2 para o Departamento de Obras Municipais; 1 para o Departamento de Fiscalização Contencioso e Polícia Municipal; 1 para a Divisão de Biblioteca e Documentação; 2 para o Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação; 1 para o Departamento de Acção Social e Cultural e 1 para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente). d) - 1 posto de trabalho de Assistente Técnico (Medidor Orçamentista) e 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Arquitecto Paisagista) – para o Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico. Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidades permanentes relativos aos procedimentos referidos nas alínea a) a c) e como necessidades temporárias os procedimentos referidos na alínea d). Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura dos solicitados procedimentos concursais, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 2, do artigo 6º, da Lei nº 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

ADENDA AO PROTOCOLO “GUIMARÃES, CIDADE DE CULTURA” – Presente, para ratificação, a Adenda ao Protocolo “Guimarães, Cidade de Cultura”, de apoio indirecto às artes celebrado em 16 de Setembro de 2009 entre o Ministério da Cultura, o Município de Guimarães e a Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL no passado dia 8 de Outubro. A Adenda ao Protocolo “Guimarães, Cidade de Cultura” dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

PROTOCOLOS – PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMA DE PAGAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da adesão ao SIMPLEX Autárquico, um dos desafios que foi lançado aos vários Municípios prende-se com a implementação de pedidos on-line, de forma a permitir ao cidadão, o acesso a serviços sem a necessidade de se deslocar às instalações físicas do Município. No que respeita ao Município de Guimarães, até ao momento não foi possível avançar com esta medida por falta de uma plataforma que permitisse a integração com os sistemas da UNICRE e SIBS para, de uma forma segura, suportar os vários métodos de pagamento por Multibanco. Contudo, e na sequência de uma reunião no âmbito do programa SIMPLEX Autárquico foi-nos disponibilizada pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA) a possibilidade de utilização da plataforma de pagamentos da Administração Pública, “**Mega ePayment**”, nos termos constantes do protocolo que se junta. De acordo com o modelo proposto pela AMA, o Município de Guimarães terá de suportar, inicialmente, a configuração do

método de pagamento (Multibanco) pelo valor de €638,00 (seiscentos e trinta e oito euros) valor este que será convertível em pagamentos, ao longo de um ano, de acordo com o valor associado ao tráfego gerado (considerando a estimativa de pagamentos, enquadrar-nos-íamos no escalão dos 0,12 € por pagamento). Ou seja, o valor inicial de 638€ assume a forma de crédito que é abatido nos pagamentos efectuados durante o período de um ano, ao valor unitário de 0,12 €, que poderá vir a ser reduzido em função da quantidade de serviços on-line que vierem a ser pagos por esta via. Assim, e para que seja possível a implementação de pedidos on-line com possibilidade de pagamentos automáticos através do Multibanco, aproveitando esta possibilidade que nos é facultada pela AMA, submete-se à Câmara Municipal, a ratificação do protocolo celebrado em 20 de Outubro de 2010, que se anexa à presente proposta". O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

PROTOS – PROTOCOLO DE DIGITALIZAÇÃO DE FUNDO DA COLEGIADA DE SANTA MARIA DE OLIVEIRA – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Arquivos, em regime de substituição: "O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), presentemente na dependência da Direcção Geral de Arquivos (D GARQ), custodia um valiosíssimo acervo documental, do qual fazem parte os documentos pertencentes à extinta Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, transferidos para Lisboa por Augusto Soromenho, através do Decreto de 2 de Outubro de 1862. Este riquíssimo fundo documental é constituído pelo Livro de Mumadona Dias, vários documentos eclesiásticos, documentos particulares e documentos régios, num total de, aproximadamente, cinco mil documentos, datados entre os anos



de 959-1500. Assim sendo, com o objectivo de recuperar, divulgar e tornar acessível à consulta este conjunto valioso de documentos, de importância extrema para todos os vimaranenses, para a nossa memória colectiva e para a produção de conhecimento da história local, foram estabelecidos contactos com a DGRQ com vista ao estabelecimento de um protocolo de digitalização deste fundo. A celebração deste protocolo irá permitir a criação e reconstituição, em ambiente virtual, do arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, desde a sua génese até à data da sua extinção. Porque não se pode falar da História de Guimarães sem referir a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, a digitalização daqueles documentos enriquecerá o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) que, por força do Decreto-Lei da sua criação, custodia a restante documentação daquela instituição, com excepção dos poucos documentos que estão depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra e, ao mesmo tempo, reforçará a importância daquelas fontes para o estudo e conhecimento da nossa História. Por outro lado, a execução deste projecto permitirá a democratização do acesso e a divulgação do nosso património cultural e histórico, garantindo a salvaguarda dos nossos arquivos, em formato de papel, na medida em que evita o manuseio de documentos únicos e insubstituíveis. Em suma, considerando a importância deste projecto num tempo de uma dinâmica cultural excepcional, propõe-se para aprovação a proposta de protocolo de colaboração entre a DGRQ e o Município de Guimarães. Mais se informa que os custos inerentes a este projecto estão inscritos no Plano de Actividades para 2011". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CASFIG, EEM – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – PROPOSTA DE REALOJAMENTO DE NOVE AGREGADOS FAMILIARES

– Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta para realojamento de nove agregados familiares na sequência de rescisão de contratos de arrendamento, falecimento e transferências, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião de 28 de Outubro de 2010. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DESTINADA À AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE APOIO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE INGLÊS E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LECTIVO 2010/2011

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “O programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico criado pelo Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho e posteriormente alterado pelo Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio, visa a promoção de actividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, organizadas de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas, com o objectivo de permitir a implementação do conceito de escola a tempo inteiro. Como é do conhecimento superior, a candidatura aos apoios financeiros destinados à contratação de docentes e ao



fornecimento de material escolar necessário ao desenvolvimento das actividades propostas pelos 15 Agrupamentos de Escolas apresentada pelo Município de Guimarães, foi aprovada pela Direcção Regional de Educação do Norte, em 3 de Agosto último. Com base nos elementos constantes na referida candidatura o número total de alunos do 1.º CEB que no corrente ano lectivo estão a frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular é de 6.461. Tendo sido superiormente definido que a aquisição de material escolar para cada um daqueles alunos seria feita através dos Agrupamentos, disponibilizando o Município os apoios financeiros necessários para o efeito, proponho, para o corrente ano lectivo, a transferência para os Agrupamentos de uma verba global de €129.220,00 correspondendo a €20,00/aluno/ano". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SANDE (S. LOURENÇO) – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente:

"Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande (S. Lourenço), aprovou a seguinte denominação toponímica: 36 – **Travessa de Lamas** – Arruamento sem saída, com inicio na rua dos Lameiros (Sande S. Martinho). Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Sande (S. Lourenço). A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SILVARES

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Silvares, aprovou a seguinte denominação toponímica: 45 – **Travessa da Torre** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Silvares. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ABAÇÃO (S. TOMÉ)

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Abação (S. Tomé) aprovou a atribuição das seguintes denominações toponímicas: 62 – **Rua da Herdade** – Tem início na Rua de S. Tomé e termina na Rua das Flores; 63 – **Travessa da Herdade** – Arruamento sem saída com início na Rua com o mesmo nome; 64 – **Rua do Barroco** – Tem início na rua das Flores e termina no entroncamento com a rua do Rio; 65 – **Travessa do Cruzeiro** – Arruamento sem saída, com início na Rua com o mesmo nome; 66 – **Rua das Flores** – Tem início na rua da Herdade e termina no entroncamento com a rua do Barroco. 67 - **Rua de Carvalho** – Tem início na rua da Escola e termina no entroncamento com a rua do Campo da Bola; 68 - **Rua de Galinheiras** – Arruamento sem saída, com início na rua de



Santa Eulália (Tabuadelo). Na mesma reunião de Assembleia de Freguesia, foram aprovadas as seguintes alterações à toponímia, decorrentes da construção da auto-estrada: 43 – **Rua da Fornalha** – Tem início na rua de S. Cristóvão e termina no entroncamento com a rua da Vista Alegre; 57 – **Travessa da Vista Alegre** – Arruamento sem saída com início na rua com o mesmo nome; 69 – **Travessa Alto da Liberdade** – Arruamento sem saída, com início na rua da Liberdade. (anterior rua do Bom Viver). Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Abação (S. Tomé)”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ALDÃO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Aldão, aprovou a seguinte denominação toponímica: 24 – **Travessa de S. Mamede** – Arruamento sem saída, com início na Rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Aldão”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE DONIM – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Donim, aprovou a seguinte denominação toponímica: 44 – **Travessa da Veiga de Cima** – Arruamento sem saída, com início na Travessa do Moinho. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Donim”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE MESÃO FRIO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Mesão Frio, aprovou a seguinte denominação toponímica: 53 – **Rua dos Ex-Combatentes do Ultramar** – Tem início na Rua dos Incados e termina no entroncamento com a Travessa da Ribeira. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Mesão Frio”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE TABUADELO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Tabuadelo,



aprovou a seguinte denominação toponímica: 34 – **Rua da Vinha Nova** – Tem início e fim na rua de Santa Eulália; 35 – **Rua de S. Pedro** – Arruamento sem saída, com início na Rua das Flores. 36 – **Rua do Rio** – Arruamento com a mesma denominação na freguesia de Polvoreira, com início na Rua de Manhufes e termina no limite de freguesia com Abação (S. Tomé). Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Tabuadelo”. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Outubro de 2010, que disponibilizou ao Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1/JI Alto da Bandeira à Biblioteca Municipal Raul Brandão, no dia 3 de Novembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para efectuar o transporte dos alunos da EB1 de Salgueiral à Quinta das Manas, em Polvoreira, no próximo dia 11 de Novembro. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico inserida na

programação do Plano Anual de Actividades da Escola e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – EB1/JI TEIXUGUEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A EB1/JI de Teixugueira solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos ao Paço dos Duques de Bragança e Museu Alberto Sampaio, nos próximos dias 15 e 23 de Novembro. Considerando que se trata de uma deslocação que tem como objectivo a realização de uma visita de estudo e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas de Pevidém solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1/JI do Barreiro, Gondar, S. Cristóvão, Eirinha e S. Martinho ao Paço dos Duques de Bragança, nos próximos dias 7, 9, 15 e 16 de Dezembro. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



SUBSÍDIOS – GRUPO REGIONAL FOLCLÓRICO E AGRÍCOLA DE PEVIDÉM – XVI DESFOLHADA – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém levou a efeito no passado dia 9 de Outubro a sua tradicional Desfolhada Minhota, tendo solicitado apoio municipal a exemplo dos anos anteriores. Considerando que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, que este apoio tem sido concedido em anos anteriores e atendendo ao seu interesse público, proponho que a Câmara Municipal atribua, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º daquele Regulamento um subsídio no montante de €100,00 (cem euros)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CONFRARIA GASTRONÓMICA PANELA AO LUME – 24º ANIVERSÁRIO – Presente a seguinte proposta: “Nos passados dias 8 e 9 do corrente mês de Outubro decorreram no Paço dos Duques de Bragança várias iniciativas comemorativas do 24º aniversário da Confraria “Panela ao Lume”, entre as quais uma Mostra de Gastronomia Portuguesa, a qual foi visitada por vários convidados, entre os quais o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, tendo sido solicitado apoio municipal. Considerando o apoio habitual concedido a realizações desta Confraria Gastronómica, sediada em Guimarães, e a recepção devida aos convidados do evento, deferi a concessão de apoio logístico o qual consistiu na instalação sonora no local e na actuação do Grupo Folclórico de Tabuadelo. Na concretização desse despacho, proponho que seja ratificado o pagamento do serviço extraordinário do motorista que transportou o Grupo Folclórico e do técnico de som que prestou o necessário apoio”.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE LURDES – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande S. Clemente solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Lurdes, realizada entre os passados dias 13 e 22 de Agosto. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €60,17 (sessenta euros e dezassete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2010

– Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 13 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando que a prevalência da redução de actividade económica verificada em Portugal continua a reflectir-se na quebra sensível de receitas autárquicas, e atendendo, por outro lado, ao esforço financeiro envolvido nos investimentos da Capital Europeia da Cultura e na construção dos novos centros escolares, proponho, nos termos dos nºs 1 e 5 do mesmo art. 112º, que sejam fixadas as seguintes taxas para liquidação daquele imposto: a) - Prédios urbanos = 0,7%; b) - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI = 0,4%”.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À



APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "As dificuldades sentidas pelas famílias no contexto da actual crise económica, devem merecer de todos os responsáveis políticos e neste caso do executivo municipal uma atenção redobrada. Neste contexto o PSD entende que a política de impostos e taxas municipais deve estar associada a uma política efectiva de apoio às famílias vimaranenses e a necessidade da Câmara Municipal, em tempo de grandes dificuldades, de crise económica e de elevado desemprego, traduzir em acções concretas a preocupação manifestada no discurso político. 50 % dos Municípios do Distrito de Braga praticam taxas de IMI neste ano de 2010 inferiores às taxas de Guimarães. O município de Lisboa votou esta semana taxas de IMI para 2011 de 0,675 e 0,35, pelo que, no caso dos prédios não avaliados ao abrigo do Código do IMI, haverá uma redução de 0,025 por cento. Num tempo de dificuldade para as famílias, em que se assiste a cada dia que passa a um aumento do desemprego, da insolvência das empresas, do encerramento das pequenas lojas comerciais, a Câmara de Guimarães não pode continuar alheia a esta realidade. As receitas dos principais impostos e taxas municipais continuam a evidenciar bons níveis de desempenho tendo registado nos três últimos anos: Em 2007 – 26.948.291,71€; Em 2008 – 31.758.324,84€. Em 2009 – 27.614.619,00€. Concretamente em relação ao IMI, temos os seguintes valores: -----

Receitas	2007	2008	2009
IMI	12.537.865 €	13.611.235 €	13.254.778 €

Em 2010 as receitas devidas à cobrança de IMI, de acordo com os documentos de execução orçamental em 30/06/2010 ultrapassam os 50 % do valor orçamentado 12.368.472,00€. Para o PSD, em tempo de crise, a Autarquia deve ser solidária com as famílias Vimaraneses e para isso deve abdicar de uma parte das receitas municipais a favor de todos. O PSD entende que à margem para baixar a taxa do IMI possibilitando um acréscimo de receita nos orçamentos familiares. A solidariedade com as famílias do concelho, na resposta aos problemas causados pela crise expressa-se verdadeiramente através de políticas concretas e não apenas através de palavras ou intenções que ficam por concretizar. Votamos CONTRA". -----

DERRAMA SOBRE A COLECTA DE 2010 (A COBRAR EM 2011)

– Presente a seguinte proposta: "Nos termos do disposto no nº 1 e 4 do art. 14º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2010 a cobrar em 2011, para financiar investimentos, nomeadamente, a Qualificação do Espaço Público do Tournal, Alameda e Rua de Stº António: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1,25% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000".

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Propõe-



nos a Câmara Municipal de Guimarães que a taxa da Derrama para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os €150.000,00 seja fixada pelo máximo permitido por lei, isto é, 1,5% e uma taxa reduzida de 1,25% para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos €150.000,00. No entanto, na esteira daquilo que vem sendo a posição defendida pelo PSD nos últimos anos, acrescida por um agravar da situação, manifestamos a nossa discordância face às taxas propostas, essencialmente, por três ordens de razão: Por um lado a circunstância de o concelho de Guimarães ser um concelho fortemente industrializado, o que faz com que a economia local e regional, e consequentemente a empregabilidade assegurada no nosso concelho, esteja assente de modo significativo neste sector; Por outro lado, e na sequência do primeiro ponto, o conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois que nos preocupa a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a concelhos que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente; Por último – e mais uma vez, porque nunca é demais repeti-lo – o momento de crise transversal que atravessamos, este ano ainda agravado face à situação que conhecíamos no ano anterior, e que afecta de forma particularmente penosa as empresas, que são os principais garantes da empregabilidade do nosso concelho; sendo a preocupação com o desemprego uma verdadeira preocupação do Município, como tantas vezes é proclamado, e se é verdade que há medidas macroeconómicas de combate ao desemprego que não podem ser tomadas a nível local, pois esta é claramente uma

das medidas locais com impacto potencial no desemprego que podem, e acrescentaríamos devem, ser tomadas, porque sem empresas não há emprego, e é com base neste raciocínio que devemos abordar a Derrama. Por estes motivos, por se entender dever ser praticada uma Derrama concorrencial e que assegure ao Município de Guimarães iguais condições de competitividade face aos Municípios vizinhos, entendemos dever ser de praticar, no Município de Guimarães, uma **Derrama transversal de 1,20%** (que representa um decaimento de apenas €360.000,00 na correspondente receita), razão pela qual votamos contra o proposto no ponto 29". -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE

2011 – Presente a seguinte proposta: "Considerando o disposto no nº 1, do art. 20º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que seja fixada uma taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial". **DELIBERADO, POR**

MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José

Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O momento de crise em que vive o mundo de hoje, particularmente o concelho de Guimarães, justifica por parte do Município uma atenção diferenciadora da realidade local. Aliás, no que se refere aos números do desemprego, é sabido que Guimarães tem valores que representam sensivelmente o dobro da média nacional de desemprego, o que só por si, por um lado é um sinal dramático da dimensão da crise à escala local, e por outro lado deve impor ao Município de Guimarães um tratamento "especial" aos seus



municípios. Porque não podemos permitir que passe a ideia de que todos estão em crise menos o Município, entendemos que é de nós exigida uma solidariedade na repartição de sacrifícios a suportar com o actual momento de crise, devendo o Município partilhar com os cidadãos este momento, abdicando de parte das suas receitas. Acrescidamente, e repetindo o que já manifestamos no passado, o objectivo da fixação de residentes, e essencialmente de atracção de quadros e pessoal qualificado em geral, são objectivos que devem ser elevados à categoria de prioritários. Guimarães deve criar condições de atractividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. Tendo em conta os cientistas e investigadores que trabalham no AvePark e residem na sua maioria em Braga ou no Porto, mas sobretudo, tendo em consideração a aposta que se pretende fazer nas indústrias criativas e na atracção de residentes, artistas e investidores, para cá criarem e instalarem as suas indústrias, cremos que Guimarães deve criar outras condições de atractividade e fixação de residentes para além da disponibilização dos espaços físicos para criação, até porque não é previsível que todos quantos pretendemos atrair caibam na Residência de Artistas. Para este objectivo, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos vimaranenses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, e de fomento à migração e instalação de novas famílias no nosso concelho. Não desconhecemos que a participação variável dos municípios no IRS, até ao montante de 5%, representa um encaixe que foi retirado das transferências para os Municípios, pelo que uma redução na taxa máxima implica uma redução nos montantes habituais das transferências da Administração Central.

No entanto, mesmo essa circunstância que torna mais compreensível a fixação da taxa máxima, deve quanto a nós ceder face aos argumentos utilizados, por serem de natureza estratégica, quanto à fixação de residentes e quanto ao sinal de solidariedade para com os Municípios no momento de crise que atravessamos. Por esse motivo, é opinião dos vereadores do PSD que deva ser **fixada a taxa de 4%** como participação do Município de Guimarães no IRS dos sujeitos passivos residentes no concelho de Guimarães, razão pela qual votaremos contra o proposto no ponto 30 da agenda da presente reunião”. -----

REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “Na reunião de Câmara do passado dia 17 de Junho foi votada e aprovada uma proposta de revisão orçamental. Não tendo a Vimágua cumprindo atempadamente a obrigação de comunicação prevista nos termos da alínea a), ponto 13.2.1 do Contrato de Gestão e, por isso, suscitando-se dúvidas quanto à classificação da receita, solicitou-se ao revisor oficial de contas a emissão de um parecer que se junta em anexo. Assim sendo, deve ser **revogada** a aludida deliberação e aprovada a proposta de revisão orçamental nos seguintes termos: Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **160101** designada por **Saldo da gerência anterior**, no valor de €894.798,18 para reforço da rubrica orçamental com a classificação **04050104**, designada por **Transferências para a Associação de Municípios do Vale do Ave**, no valor de €894.798,18, para pagamento de parte da dívida à AMAVE que à data da elaboração do orçamento de 2010 foi considerada para liquidação no ano de 2009. A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do



art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. O parecer do revisor oficial de contas e a revisão orçamental dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----